

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE INFORMAÇÃO
SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO - (LEI N.º 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

COMPROMISSO DE SIGILO

Nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no n.º 6 do artigo 6.º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico no âmbito da aprovação por procedimento escrito, conforme 50ª Deliberação da Secção, em 5 de novembro 2019, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do INQUÉRITO ANUAL À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, de 2018 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos, na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos), usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em outubro de 2019;
2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito da proteção do ambiente e na elaboração anual do Inventário Nacional de Emissões e Remoção de Poluentes Atmosféricos (INERPA), destinados a cumprir os compromissos nacionais no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e Protocolo de Quioto, bem como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLTRAP) da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e respetivos Protocolos, bem como obrigações a nível das instâncias comunitárias: Diretiva Tetos Nacionais de Emissão (Diretiva 2001/81/CE) e Regulamento (UE) 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013 relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa, e que revoga a Decisão do Conselho 2004/280/CE;
3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;

4. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;
5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo após o prazo de utilização previsto até 2025, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao Instituto Nacional de Estatística e ao Conselho Superior de Estatística o resultado do trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida.

Lisboa, de de 2019

Nome ()

Cargo ()